**PORTARIA Nº 165/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual n.º 5.810/94-RJU; CONSIDERANDO os autos das Sindicâncias Administrativas Investigativas, abaixo discriminadas; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, recomendou o arquivamento, diante da ausência de responsabilidade subjetiva ao fato em voga;

RESOLVE:

Art. 1º - Acatar o Relatório e determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 201, I, da Lei Estadual n.º. 5.810/1994-RJU.

Processo	Assunto
4848/2019	Apurar o óbito do preso CASSEN SOUZA COSTA, custodiado no Centro de Recuperação Regional de Redenção, ocorrido em 21/12/2018.
5055/2019	Apurar a fuga de JHON WANDERSON DA SILVA E SILVA, custodiado no Centro de Recuperação Agrícola "Mariano Antunes", ocorrida em 02/05/2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 524064**PORTARIA Nº 173/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual n.º 5.810/94-RJU; CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 4997/2019-CGP/SEAP, instaurada para apurar a responsabilidade administrativa e funcional dos servidores DIGELMA RODRIGUES FERREIRA, MANOEL DO ROSÁRIO DA SILVA FRANÇA, ANA PAULA ANDRADE DE SOUZA e RAIZERE MOURÃO DOS SANTOS, por suposta falha de procedimento e não atendimento às normas de segurança na condução da interna CAMILA MELO SIQUEIRA à audiência na Vara do Tribunal do Júri de Ananindeua, em 08/04/2019.

CONSIDERANDO que a Comissão Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, recomendou a condenação, com aplicação de penalidade de suspensão, dos servidores Manoel do Rosário da Silva França e Raizere Mourão dos Santos, pelo prazo de 08 (oito) dias; e da servidora Ana Paula Andrade de Souza, pelo prazo de 04 (quatro) dias. Bem como o arquivamento em face de Digelma Rodrigues Ferreira, uma vez que se operou a perda de objeto, em virtude do encerramento do contrato da acusada;

RESOLVE:

Art. 1º - Acatar, integralmente, o Relatório Conclusivo e determinar a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO aos servidores MANOEL DO ROSÁRIO DA SILVA FRANÇA e RAIZERE MOURÃO DOS SANTOS, pelo prazo de 08 (oito) dias, por infringirem o art. 177, IV e VI c/c 189, do RJU. Bem como, à servidora ANA PAULA ANDRADE DE SOUZA, pelo prazo de 04 (quatro) dias, por infração ao art. 177, VI c/c 189 do RJU. Em relação à Senhora DIGELMA RODRIGUES FERREIRA, determinar o ARQUIVAMENTO dos autos pela perda do objeto, em razão do encerramento do seu contrato.

Art. 2º - Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório Conclusivo e da Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas para fins de registro nos assentamentos funcionais dos acusados. E, conforme o art. 3º da PORTARIA Nº 863/2019-CGP/SEAP, publicada no DOE nº 34038, de 19/11/2019, em caso de retorno da Senhora DIGELMA RODRIGUES FERREIRA ao quadro funcional desta SEAP, esta Corregedoria deverá ser comunicada para dar continuidade à instrução processual.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 524289**PORTARIA Nº 176/2020 - GAB/SEAP
BELÉM - PA, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.937, de 02 de dezembro de 2019; CONSIDERANDO as diretrizes de gestão pública do Governo do Estado do Pará;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor JOSÉ GERALDO GUEDES GOMES, matrícula funcional 5888995, para responder pela Direção do Centro de Recuperação Regional de Salinas - CRRSAL, na condição de Diretor Interventor, a partir do dia 17 de fevereiro de 2020 a 17 de março de 2020.

Art. 2º - DETERMINAR o Secretário de Estado de Administração Penitenciária que adote as devidas providências cabíveis para o registro em pasta funcional.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 524223**PORTARIA Nº 169/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº

5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar denúncias de agressão a interno e assédio moral a servidores da Central de Triagem da Cidade Nova.

Art. 2º - Designar ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado, para conduzir a investigação.

Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Art. 4º - Classificar o presente processo como de tramitação prioritária, nos termos da PORTARIA Nº 420/2014 - CGP/SUSIPE.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 524282**PORTARIA Nº 140 /2020-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão enviado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;

CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;

RESOLVE:

Art. 1º - REDESIGNAR a comissão composta por ANDRÉ RICARDO TEIXEIRA NASCIMENTO, Procurador Autárquico - Presidente; SAIDY MERCES DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro; e ELTON DA COSTA FERREIRA, Procurador Autárquico - membro; para dar continuidade à apuração dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 5242 /2019-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 120 dias para a conclusão.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 524066**PORTARIA Nº 168/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº. 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor JUAN FELIPE DE OLIVEIRA LEDO, Agente Prisional lotado no Presídio Estadual Metropolitano I, acerca das faltas injustificadas ao trabalho nos meses de novembro/2019 (28.11) e dezembro/2019 (01.12 e 04.12) O servidor, em tese, infringiu o art. 177, I, c/c art. 189 do RJU.

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano - Presidente; ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional - membro; e SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro.

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 524283**PORTARIA Nº 164/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar os fatos narrados no termo da audiência de